COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.829, DE 2001

Dispõe sobre o acréscimo das penas restritivas de liberdade para determinados delitos.

Autor: Deputado WAGNER ROSSI

Relator: Deputado LUIZ EDUARDO GREENHALGH

I - RELATÓRIO

O Deputado WAGNER ROSSI apresentou o Projeto de Lei nº 5.829, de 2001, visando aumentar em cinquenta por cento as penas privativas de liberdade nos delitos cometidos com o uso de violência física ou mental, contra menores de até quatorze anos de idade, adultos com sessenta anos ou mais, mulheres ou portadores de deficiência física ou mental.

Justifica a proposição, alegando que um dos fenômenos mais relevantes atualmente é a expansão explosiva da violência na sociedade brasileira, sendo dever do legislador criar mecanismos para a contenção da criminalidade, em benefício social.

Compete a esta Comissão o exame da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito da proposição.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Nada a opor em relação à constitucionalidade quanto às atribuições do Congresso Nacional para dispor sobre Direito Penal (arts. 48 e 22 da C.F.) e iniciativa de leis ordinárias (art. 61 da C.F.).

Todavia, o presente projeto não se ajusta à sistemática legal existente, daí a sua injuridicidade.

A violência contra a pessoa já constitui elemento de diversos tipos penais que por esse motivo são punidos com mais rigor. Ela se expressa de vários modos, inclusive nos dispositivos que qualificam o crime, como no homicídio qualificado, cometido com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura que são formas cruéis de prática de delito. A pena no homicídio qualificado é de 12 a 30 anos, enquanto no homicídio simples varia de seis a vinte anos.

No crime do art. 126, parágrafo único, a pena é agravada se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou débil mental, ou se o consentimento para o aborto é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência.

No delito do art. 157 do Código Penal, roubo, a violência contra a pessoa integra o tipo penal.

Nos crimes contra os costumes, a violência está presente no estupro, no atentado violento ao pudor e no rapto violento.

Presume-se a violência nas hipóteses do art. 224 do Código, quando a vítima não é maior de catorze anos, quando é alienada ou débil mental, e o agente conhecia essa circunstância, ou não pode, por qualquer outra causa oferecer resistência.

Em relação aos crimes hediondos, o art. 9º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, estabelece que se a vítima não é maior de catorze anos, nos termos do art. 224, “a”, do Código Penal, a pena aumenta-se da metade.

O art. 61 estabelece as agravantes genéricas, incluindo as formas violentas de prática delituosa e quando o crime for praticado contra criança, velho, enfermo ou mulher grávida (art. 61, “h”).

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, alterou o Código Penal, aumentando as penas dos crimes de homicídio, lesão corporal, maus-tratos, estupro e atentado violento ao pudor quando a vítima é menor de catorze anos.

Na sistemática penal, já existe uma graduação das penas conforme a gravidade do delito, havendo hierarquia dos bens juridicamente protegidos.

Assim, agravar de forma genérica as penas conforme consta do art. 1º do projeto em foco, além de constituir um tipo penal aberto que atenta contra o princípio da legalidade, afeta a sistemática do Código Penal no estabelecimento dos tipos e respectivas sanções.

Esse procedimento afeta a sociedade, não realizando a verdadeira justiça, estabelecendo dupla punição, já que a violência já foi considerada na tipificação, na qualificação ou no agravamento da pena.

Pelo exposto, VOTO, pela injuridicidade do Projeto de Lei nº 5.829, e 2.001, e, no mérito, pela sua rejeição.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado LUIZ EDUARDO GREENHALG
Relator